



CARTA Nº 119 / 2025 - Dirgrad (11.01.18.00.56)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Blumenau-SC, 10 de novembro de 2025.

Carta Aberta do VIII Fórum de Formação de Professores, V Seminário do PIBID e IV Encontro do PIFP-IFC

O VIII Fórum de Formação de Professores do Instituto Federal Catarinense (IFC), realizado entre os dias 16 e 17 de outubro de 2025, nas dependências do Campus Camboriú, integrou o **V Seminário do PIBID e o IV Encontro do Programa Institucional de Formação de Professores do IFC (PIFP-IFC)**. O evento reafirmou-se como espaço consolidado de reflexão, articulação e proposição de estratégias voltadas ao fortalecimento da formação inicial e continuada de professores.

Com o tema **“Políticas para a Formação de Professores e a Resolução CNE/CP nº 4/2024: reflexões, impactos e desdobramentos no âmbito do IFC”**, o Fórum promoveu um amplo debate sobre as implicações da nova normativa na organização curricular dos cursos de licenciatura, na estrutura dos estágios supervisionados, na curricularização da pesquisa e extensão, e nos desafios da Educação a Distância (EaD) na formação docente.

Desde sua criação, em 2017, o Fórum tem sido um espaço permanente de diálogo e construção coletiva, reunindo estudantes, docentes, pesquisadores, gestores e representantes das redes de ensino, para pensar criticamente os rumos da formação de professores e o papel dos Institutos Federais nesse processo. Nesta oitava edição, o evento contou com **257 participantes**, evidenciando o engajamento da comunidade acadêmica. No âmbito do V Seminário do PIBID e do IV Encontro do Programa Institucional de Formação de Professores do IFC (PIFP-IFC), foram **54 trabalhos apresentados**.

1. Síntese das Discussões dos Grupos de Trabalho

GT – Estágio nas Licenciaturas

O debate destacou o estágio como espaço de práxis e reflexão crítica, e não mera exigência burocrática. Inspiradas em Paulo Freire, as falas enfatizaram que a formação docente deve articular teoria e prática de modo indissociável, compreendendo o estágio como campo de pesquisa, investigação e transformação social.

As discussões evidenciaram preocupação com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, especialmente quanto à retirada das horas de prática como componente curricular e à introdução precoce do estágio, muitas vezes sem condições adequadas de acompanhamento. Destacou-se, ainda, que as principais dificuldades relacionam-se à quantidade de atividades práticas já existentes nos cursos desde o seu início, o que se torna um desafio considerando que a maioria dos estudantes são trabalhadores e possuem limitações de tempo para conciliar estudo e trabalho. Além disso, observou-se que algumas redes de ensino têm restringido o número de estagiários que recebem em sala de aula, o que dificulta a efetivação das atividades de estágio. Outra preocupação diz respeito aos licenciandos que já possuem vínculo formal como estagiários e, portanto, não podem ultrapassar a carga horária máxima permitida por lei para essa função, o que impõe entraves adicionais à organização das práticas formativas.

O grupo reafirmou a importância do diálogo entre universidades, institutos e escolas públicas, e propôs a criação de polos permanentes de estágio, com parcerias que garantam contrapartidas formativas e condições concretas para a supervisão docente.

GT – Curricularização da Pesquisa e Extensão

As reflexões apontaram lacunas e retrocessos na Resolução nº 4/2024, que reduz a centralidade da pesquisa e trata a extensão de forma limitada. Defendeu-se a curricularização como princípio formativo, promotora da integração entre saberes, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da formação integral e omnilateral.

Os participantes ressaltaram a necessidade de resistir à fragmentação e à lógica tecnicista, reafirmando a formação docente como espaço de produção de conhecimento, protagonismo estudantil e transformação social.

Entre as proposições, destacou-se o planejamento conjunto entre docentes, avaliações contínuas dos processos e a defesa de uma formação crítica e emancipatória, voltada à realidade das escolas públicas e dos estudantes trabalhadores.

GT – Educação a Distância (EaD)

O grupo analisou criticamente as promessas tecnopolíticas associadas à EaD e seus impactos sobre o trabalho e a formação docente. Discutiu-se a plataformização da educação, a mercantilização dos processos formativos e a precarização das condições de ensino.

O debate reforçou que a EaD, quando orientada por lógicas de mercado, tende a esvaziar a dimensão humana e relacional do processo educativo. Destacou-se que nenhuma tecnologia substitui a mediação crítica e o encontro pedagógico, fundamentos indispensáveis à formação de professores.

Os participantes defenderam o uso ético e pedagógico das tecnologias, desde que integradas a concepções freirianas e humanizadoras de ensino e aprendizagem,

e não como ferramentas de aligeiramento formativo.

GT – Licenciatura em Física

As reflexões reafirmaram a importância de políticas institucionais para o estágio e a extensão. O grupo destacou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a valorização da práxis e a necessidade de formação de formadores em diálogo com as redes de ensino.

Apontou-se a urgência de pensar condições reais para a permanência estudantil, especialmente em cursos noturnos, e a ampliação dos espaços de diálogo com secretarias municipais e estaduais de educação.

O GT propôs realizar reuniões para discutir e construir propostas de ajustes no PPC do curso de forma a adequá-lo à nova resolução, sem abandonar as concepções freirianas e humanizadoras de ensino e aprendizagem. Ao mesmo tempo em que convida a comunidade acadêmica e estudantil para construir um movimento nacional em defesa de um MEC livre de influências neoliberais.

GT – Licenciatura em Matemática

O grupo destacou que a Resolução 4/2024 traz ambiguidades e riscos de tecnicização da formação docente. O estágio, embora ampliado, tende a se tornar mera exigência formal se não for acompanhado de mediação pedagógica consistente.

As discussões enfatizaram a necessidade de resistência crítica e coletiva, de fortalecimento do diálogo institucional com as redes de ensino e de reconhecimento das condições de vida dos estudantes trabalhadores.

Defendeu-se a manutenção da formação integral e investigativa, a valorização do PIBID e da Residência Pedagógica, e o entendimento de que as licenciaturas devem ser espaços de criação e de resistência.

GT – Licenciatura em Pedagogia

As discussões nos campi evidenciaram uma compreensão comum de resistência à Resolução 4/2024, vista como um movimento de recentralização tecnicista e desvalorização docente.

Os grupos apontaram a necessidade de preservar princípios institucionais que estruturam os cursos de Pedagogia no IFC: a práxis como eixo formativo, a indissociabilidade entre teoria e prática e a articulação entre estágio, pesquisa e extensão.

Foram apresentadas diferentes leituras sobre adequação e resistência, convergindo na defesa de decisões coletivas e contextualizadas por campus, respeitando especificidades locais, históricas e sociais.

GT – Licenciatura em Química e Ciências Agrícolas

Os grupos integrados enfatizaram desafios de evasão, permanência e reconhecimento social das licenciaturas. Destacaram o papel central do PIBID e a

necessidade de valorização das disciplinas pedagógicas e da identidade docente.

Apontaram ainda a importância de estratégias de flexibilização que não comprometam a qualidade, de políticas de transporte e de formação continuada dos professores.

Reforçaram o compromisso com a revalorização do licenciado, com o fortalecimento da EPT e com a defesa da docência como profissão socialmente essencial.

2. Encaminhamentos do Fórum

- Fortalecer a política institucional de formação de professores do IFC, reafirmando seus princípios de formação humana, crítica e emancipatória;
- Manter e ampliar os espaços de debate coletivo sobre a Resolução CNE/CP nº 4/2024, garantindo decisões participativas e contextualizadas;
- Promover planejamento conjunto e contínuo entre docentes e gestores para análise dos impactos da resolução nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- Assegurar condições materiais e humanas para o estágio supervisionado e a curricularização da extensão e pesquisa;
- Criar pólos institucionais de estágio e fortalecer o diálogo permanente com as redes públicas de ensino;
- Reconhecer e valorizar o PIBID e o PIFP-IFC como programas estruturantes da formação docente;
- Resistir à fragmentação do conhecimento e à tecnicização da docência, preservando a unidade entre teoria e prática;
- Desenvolver ações formativas e de mobilização política voltadas à defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada;
-

Promover a formação continuada dos professores sobre concepções de estágio, pesquisa, extensão e EaD, a fim de favorecer o debate coletivo e o aprofundamento crítico acerca da Resolução CNE/CP nº 4/2024 e de seus impactos na formação docente;

- Consolidar o Fórum de Formação de Professores como espaço permanente de articulação, reflexão e proposição de políticas institucionais.

Considerações Finais

O VIII Fórum de Formação de Professores reafirma o compromisso do Instituto Federal Catarinense com uma formação docente crítica, democrática e transformadora, enraizada na realidade das escolas públicas e nos princípios da educação emancipatória.

As discussões e encaminhamentos resultantes deste encontro expressam a vontade coletiva de resistência, diálogo e reconstrução diante dos desafios postos pelas novas diretrizes nacionais.

O Fórum encerrou suas atividades com a convicção de que formar professores é formar sujeitos históricos, capazes de compreender, questionar e transformar o mundo, em consonância com a perspectiva freiriana que inspira este movimento desde sua origem.

Camboriú/SC, 17 de outubro de 2025.

Sônia Regina de Souza Fernandes

Presidenta da Comissão Organizadora do VIII Fórum de Formação de Professores, V Seminário do PIBID e IV Encontro do PIFP-IFC

Roberto Dombroski de Souza

Presidente do Colegiado Institucional Articulador da Formação Inicial e Continuada de Professores do IFC (Cofor)

(Assinado digitalmente em 10/11/2025 16:04)
ROBERTO DOMBROSKI DE SOUZA
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGET/ARAQ (11.01.02.08)
Matrícula: 1129714

(Assinado digitalmente em 10/11/2025 17:29)
SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGES/CAM (11.01.03.56)
Matrícula: 1757038

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **119**, ano: **2025**, tipo: **CARTA**, data de emissão: **10/11/2025** e o
código de verificação: **023ae0d2d0**